



Número: 183

Data: 2021.07.09

No título: Baía do Fanal, Ilha Terceira, Açores.

Foto: Tiago Rodrigues

Destaques:

- ☑ [NextGenerationEU: Comissão efetua primeiros pagamentos de 800 milhões de EUR para promover a recuperação da crise e a resiliência;](#)
- ☑ [30 mil milhões de euros para projetos de infraestruturas que liguem as regiões da UE;](#)
- ☑ [A Comissão Europeia abre período de submissão de comentários \(fase de consulta pública\) relativa à atualização da parceria estratégica da Comissão com as RUP.](#)

Nos próximos dias:

- 👉 [Conferência sobre a Revisão da Política de Promoção Agroalimentar;](#)
- 👉 [Governo Regional dos Açores abre debate aos cidadãos;](#)
- 👉 [Horizonte Europa: Jornadas Informativas 2021 \(28 de junho a 9 de julho\);](#)
- 👉 [GLEX SUMMIT 2021.](#)



6 a 10 de julho



GLEX SUMMIT 2021

A segunda edição da Cimeira Global de Exploração do Clube de Exploradores (GLEX), que decorrerá entre os Açores e Lisboa, juntará os principais exploradores do mundo para um encontro sem precedentes onde partilharão experiências, tecnologia de ponta e inovações. Este ano, a Cimeira, será centrada na temática do mar, terá um painel ligado à biodiversidade dos Açores, e ligar-se-á ao público através dos meios de comunicação e da participação do público. [Programa](#) e [Inscrições](#).

12 de julho



Comentários sobre “Produtos biológicos – Importações de países terceiros (regras aplicáveis aos operadores e países da UE)”

A Comissão Europeia [pretende adotar no terceiro trimestre](#) deste ano um regulamento de execução sobre esta matéria (um draft deste regulamento poderá ser consultado na página). A Comissão refere que este regulamento de execução irá «estabelecer as regras aplicáveis à importação de produtos biológicos para a UE, nomeadamente:

- Regras a seguir por determinados operadores europeus aquando da importação para a UE de produtos biológicos e obrigações após a respetiva introdução em livre prática na UE (para que possam ser vendidos como um produto produzido na UE);
- Obrigação de os países da UE notificarem os casos de incumprimento detetados durante os controlos oficiais, efetuados à entrada na UE, de remessas de produtos destinados ao mercado europeu.».

O período de submissão de comentários terminará a 12 de julho.

12 e 13 de Julho



Conferência sobre a Revisão da Política de Promoção Agroalimentar

A Comissão Europeia irá promover uma conferência (formato digital) sobre a revisão da política de promoção agroalimentar, que terá lugar nos dias 12 e 13 de julho de 2021.

A conferência faz parte de um amplo processo de consulta e será uma oportunidade para discutir como a política de promoção pode reforçar a competitividade do setor agrícola da UE ao mesmo tempo que contribui para as prioridades políticas da UE, incluindo a Estratégia “Do Prado ao Prato” e o Plano de Controlo do Cancro.

Mais informações sobre o [programa](#) e registo estão disponíveis [aqui](#).

16 de julho



Consulta pública sobre “Pesca atuneira — Proposta de regulamento que estabelece um programa de documentação das capturas de atum-rabilho”

A Comissão Europeia convida todas as partes interessadas a submeter os seus comentários sobre a proposta de regulamento que estabelece um programa de capturas de atum-rabilho. O [período de apresentação de comentários](#) será **encerrado a 16 de julho**, sendo que os comentários devem versar explicitamente a [proposta de regulamento](#) que foi apresentada a 27 de outubro de 2020 [[2020/0302 \(COD\)](#)].

21 de Julho



Conferência sobre o futuro da Europa

O Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência e a Direção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa organizam a segunda sessão do **Fórum: O Futuro dos Açores na Europa - "Democracia: A Participação dos Cidadãos na UE"**, que se realizará no próximo dia **21 de julho**, pelas **10:30**, através da plataforma Webex.

Este evento, inserido no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa, lançada em maio em Estrasburgo, tem como principal objetivo a realização de uma série de debates que permitirão aos açorianos fazerem-se ouvir na partilha de ideias que possam moldar um futuro comum enquanto cidadãos europeus. Deverá registar a sua participação [aqui](#).

2 de agosto



Revisão das orientações em matéria de clima, energia e ajuda ambiental

A Comissão Europeia abriu um [período de consulta pública](#) relativo à revisão das orientações em matéria de clima, energia e ajuda ambiental. A Comissão refere que «todos os cidadãos e organizações são bem-vindos a contribuir para esta consulta. São particularmente solicitadas contribuições de (i) Estados-Membros e respetivas autoridades de concessão de ajuda, (ii) associações empresariais e empresas que operam no mercado único europeu, (iii) profissionais do direito e da economia, bem como (iv) organizações de consumidores e ambientais.».

11 de agosto



Consulta pública sobre “Bioeconomia azul — Rumo a um setor das algas forte e sustentável na UE”

Segundo a Comissão Europeia, as «algas representam um recurso largamente inexplorado e que pode ser utilizado — com uma pegada ambiental e de carbono limitada — para produzir alimentos para consumo humano, alimentos para animais, produtos farmacêuticos, bioplásticos, fertilizantes e biocombustíveis. Esta iniciativa define a forma como a UE poderá aumentar a produção sustentável, o consumo seguro e a utilização inovadora de algas e de produtos à base de algas, contribuindo assim para a realização dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, para a transição para uma UE ecológica, circular e neutra em termos de carbono e para a recuperação na sequência da COVID.».

O [período de apresentação de comentários](#) relativo a esta iniciativa da Comissão Europeia **encerra a 11 de agosto**. Os comentários resultantes serão tidos em conta e irão influenciar a Comunicação da Comissão, que deverá ser publicada no segundo trimestre de 2022.

31 de agosto



Produtos agrícolas – revisão das normas de comercialização da UE

A Comissão lançou uma [consulta pública](#) com o objetivo de recolher opiniões com vista à revisão das normas de comercialização da UE para os produtos agrícolas. As normas de comercialização estabelecem a qualidade dos produtos comercializados junto dos consumidores através de regras obrigatórias ou de menções reservadas facultativas. Baseiam-se em especificações técnicas dos produtos a fim de definir características comerciais uniformes. No caso dos produtos agrícolas, abrangem a frescura ou a classificação por tamanho, a apresentação, a rotulagem, a embalagem, etc., mas as especificações dos produtos podem também incidir sobre os métodos de transformação e de produção. Anunciada na Estratégia do Prato ao Prato, a revisão segue-se a um [processo de avaliação global](#) das normas de comercialização da UE estabelecidas na organização comum de mercado, nas diretivas «pequeno-almoço» e nos atos legislativos da Comissão. A consulta está aberta durante 12 semanas, de 8 de junho a 31 de agosto de 2021.



Consulta “Para uma pesca mais sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2022”

A Comissão Europeia [convida](#) os Estados-Membros, os Conselhos Consultivos, a indústria pesqueira, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados a participar até 31 de agosto numa consulta pública, e a expressar os seus pontos de vista sobre as oportunidades de pesca para 2022. Após a consulta, a Comissão [apresentará](#) no outono as suas propostas de regulamento de Oportunidades de Pesca para 2022 no Atlântico, Mar do Norte e Mar Báltico, assim como no Mar Mediterrâneo e Mar Negro. As propostas têm em conta os planos plurianuais e baseiam-se em pareceres científicos fornecidos pelo Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM) e outros organismos independentes, bem como na análise económica fornecida pelo Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (CCTEP). As propostas também incorporarão ajustamentos resultantes da implementação da obrigação de desembarque. Finalmente, o Conselho Pescas da União Europeia discutirá as propostas da Comissão e estabelecerá a repartição das possibilidades de pesca.

16 e 17 de Setembro



9ª Conferência sobre a Avaliação da Política de Coesão da UE “Moldando Transições com Evidências”

A [Conferência](#) proporcionará uma oportunidade de sublinhar a importância da política baseada em evidências num mundo em rápida mudança, tendo em vista o lançamento da avaliação dos investimentos da política de coesão para 2014-2020 no próximo ano. Fornecerá uma plataforma para discutir os métodos usados para avaliar o papel da política nos diferentes temas de investimento. Será também a ocasião para fazer um balanço das avaliações realizadas pelos Estados-Membros e pela

Comissão durante o período 2014-2020. A conferência é organizada no Centro de Congressos da Alfandega Porto e decorrerá em formato híbrido, permitindo aos participantes que não poderão viajar, a adesão através de uma plataforma online. Convidamos os decisores políticos dos Estados-Membros da UE, autoridades de gestão, especialistas em avaliação, académicos, sociedade civil e outras partes interessadas de toda a Europa para se juntarem a nós no Porto para um dia e meio de discussão e networking.

24 de Setembro



Política de Coesão: lições baseadas em evidências para a recuperação digital e verde na Europa- organizado por The London School of Economics; Universidade Roma Tre; Associação Europeia de Ciência Regional; Erasmus +

[Este workshop](#) explora as oportunidades e desafios desencadeados pelas transições digital e verde na Europa e suas regiões. O Plano de Recuperação e a Next Generation EU estão a remodelar todo o cenário político da UE em direção a um objetivo comum: uma recuperação digital, verde e inclusiva da Covid-19. A Política de Coesão - a principal política de desenvolvimento da União - ocupa o centro desta oportunidade histórica de 'reconstruir melhor' para beneficiar todos os cidadãos e regiões. São necessárias evidências sólidas sobre "o que funciona na prática" e uma abordagem verdadeiramente interdisciplinar para informar, orientar e moldar uma nova geração de políticas regionais e industriais capazes de cumprir esta agenda ambiciosa. Oradores de alto nível de um conjunto diversificado de campos e instituições participarão de um debate baseado em evidências sobre como a Próxima Geração da UE e a Política de Coesão da UE podem apoiar uma recuperação digital, verde e inclusiva em todas as regiões da UE. Qual é (e qual deveria ser) o papel dos dados e da avaliação para o aprendizado de políticas? Como podemos enfrentar os desafios da recuperação verde e digital em regiões menos desenvolvidas? O que podemos aprender com a experiência de 50 anos de Política de Coesão para informar e moldar novas intervenções baseadas em evidências?

4 Novembro



Consulta pública relativa à atualização da parceria estratégica da Comissão com as RUP.

A iniciativa [visa](#) adaptar a parceria estratégica com as RUP da UE às novas prioridades da UE, especificamente: apoiar a transição para uma economia mais ecológica e mais baseada nas tecnologias digitais; combater o impacto da COVID-19 nas RUP; ajudar as RUP a tirar partido das oportunidades oferecidas pelas políticas, regulamentos, programas e fundos da UE; desenvolver um diálogo mais estreito com as RUP; renovar o compromisso de assegurar que as características específicas das RUP sejam tidas em conta em todas as políticas da UE. O período de para apresentação de comentários vai de 08 julho 2021 - 04 novembro 2021.



Agricultura

Visão da Comissão Europeia a longo prazo para as zonas rurais

A Comissão Europeia [apresentou](#) a sua visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, na qual identifica os desafios e questões que se lhes colocam e se destacam algumas das oportunidades mais promissoras que se abrem a estas regiões. Baseada numa análise prospetiva e nas amplas consultas realizadas aos cidadãos e a outros agentes das zonas rurais, a visão hoje apresentada propõe um Pacto Rural e um Plano de Ação para as Zonas Rurais que visam tornar as nossas zonas rurais mais fortes, ligadas, resilientes e prósperas.

Para responder com êxito aos grandes desafios e tendências resultantes da mundialização, da urbanização e do envelhecimento da população e colher os benefícios das transições ecológica e digital, são necessárias políticas e medidas com sensibilidade local, que tenham em conta a diversidade dos territórios da UE, as necessidades de cada um deles e os pontos fortes relativos dos mesmos. A população das zonas rurais da UE é, em média, mais idosa do que nas zonas urbanas e começará lentamente a diminuir na próxima década. Juntando a falta de conectividade, o subdesenvolvimento das infraestruturas, a ausência de oportunidades de emprego diversificadas e o acesso limitado a serviços, tudo isto torna as zonas rurais menos atrativas para viver e trabalhar. Paralelamente, as zonas rurais são intervenientes ativos nas transições ecológica e digital da UE. A consecução das metas estabelecidas pela UE em termos de ambições digitais para 2030 poderá gerar oportunidades de desenvolvimento sustentável nessas zonas que vão além da agricultura, da pecuária e da silvicultura, desenvolvendo novas perspetivas de crescimento da indústria transformadora e, sobretudo, ao nível dos serviços e contribuindo para melhorar a distribuição geográfica dos serviços e da indústria.

Esta visão a longo prazo das zonas rurais da UE visa enfrentar os desafios referidos e dar uma resposta às questões enunciadas, tirando partido das oportunidades suscitadas pelas transições ecológica e digital da UE e dos ensinamentos extraídos da pandemia da COVID 19 e identificando meios para melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais, equilibrar o desenvolvimento territorial e estimular o crescimento económico.

Quanto ao pacto rural: um novo pacto rural envolverá agentes ao nível da UE e aos níveis nacional, regional e local no apoio aos objetivos comuns da visão apresentada, na promoção da coesão económica, social e territorial e na resposta às aspirações comuns das comunidades rurais. A Comissão dinamizará este processo por meio das redes existentes e incentivará o intercâmbio de ideias e de boas práticas a todos os níveis.

Plano de Ação para as Zonas Rurais da UE

A Comissão apresentou também hoje um plano de ação para um desenvolvimento rural sustentável, coeso e integrado. Várias políticas da UE já apoiam as zonas rurais, contribuindo para um desenvolvimento equilibrado, equitativo, ecológico e inovador destas regiões. Entre elas, a política agrícola comum (PAC) e a política de coesão prestarão apoio fundamental na execução desse plano de ação, em concomitância com uma série de outras políticas da UE: em conjunto, transformarão a visão delineada numa realidade.

A visão e o plano de ação hoje apresentados identificam quatro domínios de ação, apoiados por iniciativas emblemáticas, com os seguintes objetivos:

- 1- Mais fortes: centrado no empoderamento das comunidades rurais, na melhoria do acesso a serviços e na dinamização da inovação social;
- 2- Ligadas: orientado para a melhoria da conectividade, tanto em termos de transportes como de acesso digital;
- 3- Resilientes: visando a conservação dos recursos naturais e uma agricultura ecológica, para contrariar as alterações climáticas e favorecer a resiliência social, mediante a oferta de cursos de formação e de diversas oportunidades de emprego de qualidade;
- 4- Prósperas: pela diversificação das atividades económicas e pela melhoria do valor acrescentado da agricultura, das atividades agroalimentares e do agroturismo.

A Comissão apoiará e acompanhará a execução do Plano de Ação para as Zonas Rurais da UE e atualizá-lo-á com regularidade, para que se mantenha pertinente. Continuará igualmente em contacto com os Estados-Membros e com os agentes rurais, a fim de manter um diálogo sobre a ruralidade. Implantar-se-á ainda uma «perspetiva rural», com base na qual se reexaminarão as políticas da UE. Pretende-se identificar melhor e ter mais adequadamente em conta o impacto e as implicações que as iniciativas políticas da Comissão poderão ter no emprego, no crescimento e no desenvolvimento sustentável das zonas rurais.

Por fim, criar-se-á no âmbito da Comissão um observatório rural, com o objetivo de melhorar a recolha de dados e as análises relativas a essas zonas e fundamentar deste modo as opções políticas tomadas em relação ao desenvolvimento rural, prestando igualmente apoio à execução do Plano de Ação para as Zonas Rurais.

Perspetivas de curto prazo da Comissão Europeia relativas aos mercados agrícolas (verão de 2021).

Em relação ao setor dos laticínios, a Comissão Europeia [perspetiva](#) que:

As entregas de leite da UE caíram na primavera devido ao tempo frio que atrasou o pico sazonal. A precipitação em maio deverá apoiar a qualidade e disponibilidade da erva nos próximos meses, levando a uma recuperação de 2% em maio-junho e a um aumento das entregas de leite da UE em cerca de 0,8% em 2021. A produtividade poderá crescer a um ritmo inferior

ao de 2020 (1,6%) devido a um início lento no início do ano, enquanto o abate de vacas poderá acelerar no final do ano e resultar numa redução do efetivo leiteiro em de cerca de 0,9%.

Os preços dos produtos lácteos na UE continuam a melhorar, principalmente devido à procura chinesa que impulsiona os preços mundiais. Isto deverá apoiar os preços do leite cru e, em certa medida, compensar o aumento dos custos das rações.

A produção de manteiga e leite em pó desnatado na UE poderá recuperar após uma queda no início do ano, durante o qual o queijo era uma opção preferida, juntamente com o soro de leite para o qual a procura nos países terceiros continua forte. Apesar de uma queda esperada no consumo da UE, a produção de leite de consumo poderá permanecer estável devido a uma crescente procura de importação da China.

No que diz respeito ao setor da carne, a Comissão Europeia estima que:

A produção de carne de bovino da UE deverá diminuir em 2021, principalmente devido a uma redução do efetivo bovino no setor da carne de bovino e dos lacticínios, combinada com uma menor procura por parte dos serviços alimentares. As exportações para mercados de alto valor deverão continuar a aumentar graças aos recentes acordos comerciais (por exemplo, Canadá, Japão) e enquanto outros destinos mostram um pequeno declínio, apesar da escassez de carne bovina a nível mundial.

Espera-se que a produção de carne de suíno da UE continue a aumentar em 2021, uma vez que a produção adicional em alguns países da UE mais do que compensou o decréscimo devido à Peste Suína Africana (PSA) na Alemanha. Embora as exportações para o Reino Unido estejam fortemente reduzidas, as exportações globais de carne de suíno da UE deverão crescer novamente em 2021.

Como a gripe aviária atinge os principais produtores de aves de capoeira da UE, incluindo a Polónia, espera-se que a produção da UE diminua em 2021. Não se espera que a procura recupere acentuadamente com a reabertura dos serviços alimentares e as exportações globais deverão diminuir. Apesar dos preços elevados, as margens estão sob pressão devido aos elevados custos das rações.

O mercado de carne de ovino da UE enfrenta uma forte escassez de oferta a nível global e interno (sendo a produção da UE estável), o que conduz a preços relativamente elevados. As exportações da Nova Zelândia são parcialmente redirecionadas para a Ásia, ao mesmo tempo que enfrentam custos de transporte mais elevados. A atual situação comercial entre a UE e o Reino Unido acrescenta uma pressão sobre as exportações e importações.

Já em relação às culturas arvenses é referido que:

Os preços para as principais culturas arvenses continuaram na sua curva ascendente durante a primavera. A elevada procura da China em vários produtos, a elevada procura da indústria de biodiesel dos EUA e as incertezas em torno dos níveis de produção e práticas comerciais colocam os preços mundiais numa tendência de subida. O índice de preços dos alimentos da FAO em maio atingiu o seu valor mais alto desde setembro de 2011, mas os preços mundiais diminuíram desde então graças a um ligeiro aumento das existências finais.

Em 2021/22, a produção de cereais da UE poderá aumentar até 288,7 milhões de t (+4% numa base anual). Do mesmo modo, a produção de oleaginosas e proteaginosas da UE poderá atingir 30,1 milhões de t (+9,5%) e 4,6 milhões de t (+6,7%), respetivamente. O consumo interno da UE poderá também aumentar, especialmente em cereais forrageiros (+0,5%) e óleos vegetais. Enquanto as importações de cereais da UE poderão diminuir, espera-se que as importações de sementes oleaginosas permaneçam elevadas (+17%/5 anos em média).

A produção de beterraba sacarina da UE poderá atingir 110 milhões de t (+11 ano-a-ano) em 2021/22. A produção de açúcar poderá aumentar em 1 milhão t em comparação com 2020/21, para 15,5 milhões t.

A produção de biocombustíveis da UE deverá crescer em 2021, à medida que a procura de combustíveis para os transportes aumentar. A produção de biodiesel deverá ocorrer com base em óleos alimentares usados e outras matérias-primas residuais, enquanto o bioetanol deverá crescer principalmente graças ao trigo e ao milho.

Por fim e em relação às culturas especializadas, a Comissão prevê que: apesar de um aumento da produção de azeite da UE em 2020/21, espera-se que o aumento das exportações e a recuperação da procura interna (+5%) contribuam para a redução das existências, que deverão descer abaixo do nível de 2017. Graças a esta evolução, os preços do azeite virgem extra da UE já atingiram níveis acima da média em Espanha, Itália e Grécia.

Apesar de uma produção de vinho da UE acima da média em 2020/21, espera-se que as existências sejam estáveis, impulsionadas por uma recuperação do consumo interno de vinho após o consumo baixo recorde em 2019/2020, uma maior utilização da produção vinificada para "outras utilizações", incluindo a destilação de crise, e o aumento das exportações.

Enquanto a produção de tomate fresco da UE continua a tendência decrescente desde 2016, a produção de tomate para transformação, impulsionada por uma forte procura e baixas existências, deverá crescer 9% em 2021.

A produção de pêssegos e nectarinas na UE está ao nível mais baixo de sempre, pelo segundo ano consecutivo, devido a condições climáticas adversas. Em 2020, a produção da UE atingiu o seu nível mais baixo desde 2004. Em 2021 espera-se que continue a diminuir em 20%.



Ambiente

Tribunal de Contas Europeu publica um relatório especial, intitulado de "Princípio do poluidor pagador: aplicação incoerente nas políticas e ações ambientais da UE".

Neste relatório, o TCE [refere](#) que «a poluição representa um custo significativo para a sociedade e é uma preocupação fundamental dos cidadãos da UE. Ao aplicar o princípio do poluidor-pagador (PPP), os poluidores são incentivados a evitar provocar danos ambientais e são responsabilizados pela poluição a que dão origem. Globalmente, o Tribunal constatou que o PPP se reflete e é aplicado em diferentes graus no âmbito das várias políticas ambientais da UE e que a sua cobertura e aplicação eram incompletas. O orçamento da UE é por vezes utilizado para financiar ações de despoluição, que deveriam, ao abrigo do PPP, ter sido suportadas pelos poluidores. O Tribunal recomenda reforçar a integração do PPP na legislação ambiental e o regime de responsabilidade ambiental ao nível da UE, bem como proteger melhor os fundos da UE para que não sejam utilizados para financiar projetos que devem ser pagos pelo poluidor.».



Economia, Empresas

A Comissão Europeia lançou hoje o Código de Conduta da UE sobre práticas empresariais e comerciais responsáveis no setor alimentar.

Segundo o [comunicado](#) da Comissão Europeia, este código é uma parte essencial dos esforços da UE para aumentar a disponibilidade e a acessibilidade de opções alimentares saudáveis e sustentáveis que contribuam para reduzir a nossa pegada ambiental global. Foi desenvolvido com associações e empresas da UE, com a participação ativa e o contributo de outras partes interessadas, incluindo organizações internacionais, ONG, sindicatos e associações comerciais, e em conjunto com os serviços da Comissão Europeia. As associações e empresas do setor alimentar que assinam o código comprometem-se a acelerar o seu contributo para uma transição sustentável. Com os seus compromissos, aprovam os objetivos estabelecidos no Código e incentivam as empresas semelhantes de menores dimensões a participarem também.

O regime inclui dois níveis de compromissos:

- **Associações da UE:** um conjunto de sete objetivos, cada um com as suas metas e ações indicativas. Dizem respeito a ações que promovem a transição para padrões de consumo saudáveis e sustentáveis. Visam melhorar o impacto das operações de transformação, retalho e serviços alimentares na sustentabilidade e melhorar a sustentabilidade das cadeias de valor alimentar, em relação aos produtores primários e a outros intervenientes na cadeia. As associações devem apresentar relatórios anuais sobre os progressos realizados.
- **Empresas:** um quadro para estabelecer compromissos ambiciosos com resultados mensuráveis, abrangendo uma vasta gama de domínios, desde o bem-estar dos animais, até à redução do açúcar e à redução das emissões de gases com efeito de estufa em toda a gama de produtos. As empresas apresentarão anualmente um relatório sobre os progressos realizados, bem como um resumo do seu relatório de sustentabilidade.

No dia do lançamento do Código, 65 subscritores (26 produtores alimentares, 14 retalhistas alimentares, um do setor dos serviços alimentares, 24 associações) tornam-se as primeiras empresas e associações pioneiras ([hiperligação para a lista completa de subscritores](#)). Mais associações e empresas da UE no setor alimentar são convidadas a aderir ao Código de Conduta, que é considerado uma solução de mudança. A sua abordagem de diálogo multilateral pode servir de modelo para a transformação global. O Código assinala o início de um processo dinâmico. A governação do Código estabelece os instrumentos de colaboração entre todos os intervenientes em causa, a fim de gerar novos compromissos e parcerias mais ambiciosos e estimular a interação e o intercâmbio. A Comissão pretende apresentar o Código ainda este ano, na Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares.



Mar e Pescas

6,1 biliões de euros para promover a pesca sustentável e salvaguardar as comunidades pesqueiras.

O [Parlamento aprovou](#) o fundo de pesca e aquicultura 2021-2027 para apoiar a economia azul, proteger a biodiversidade e promover a governança internacional dos oceanos.

O novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, da Pesca e da Aquicultura (EMFAF), adotado na terça-feira, incentiva os Estados-Membros a investirem para tornar os setores da pesca e da aquicultura mais competitivos e ajudar a desenvolver uma economia azul sustentável, novos mercados e tecnologias. Proteger e restaurar a biodiversidade também está entre as prioridades do fundo. Pelo menos 15% das alocações nacionais terão de ser gastos em ações para promover o controle da pesca e a coleta de dados, e para combater a pesca ilegal e não regulamentada.

Medidas específicas para a pequena pesca costeira e regiões ultraperiféricas

A pedido do Parlamento, os Estados-Membros terão de ter em consideração as necessidades da pequena pesca costeira e descrever o que pretendem fazer para o ajudar a desenvolver. As dificuldades sentidas pelas regiões ultraperiféricas também são abordadas no novo fundo, uma vez que os custos adicionais que estas regiões enfrentam devido à sua localização remota continuarão a ser compensados. Para trazer os jovens para as comunidades pesqueiras, onde a idade média dos trabalhadores é superior a 50, o novo EMFAF pode financiar a primeira embarcação ou propriedade parcial (de pelo menos 33%) para pescadores com menos de 40 anos que tenham pelo menos cinco anos de experiência ou tenham adquirido uma qualificação equivalente.

Outros aspetos importantes: Os pescadores que tiverem de interromper temporariamente o trabalho para cumprir certas medidas de conservação serão indemnizados; Serão apoiados aqueles que têm de sucatear ou desmantelar uma embarcação se as suas atividades cessarem definitivamente; O equipamento necessário para cumprir as obrigações de desembarque e as regras de controlo da pesca da UE, como a localização dos navios e os dispositivos eletrónicos de comunicação, serão financiados.

As ações no âmbito do EMFAF não devem conduzir a um aumento da capacidade de pesca, exceto se resultar diretamente de um aumento da arqueação bruta necessário para melhorar a segurança, as condições de trabalho ou a eficiência energética.



Saúde

Projeções demográficas para o Espaço Europeu

As últimas projeções demográficas do Eurostat para o período de 2020-2030 [indicam](#) que, embora se preveja que a população no grupo etário dos 65 anos ou mais cresça 18 %, prevê-se que a população mais jovem dos 4 aos 18 anos diminua 5 %.

De acordo com as últimas projeções demográficas do Eurostat por região NUTS 3, é provável que o grupo etário dos 4 aos 18 anos registe uma diminuição de 3 milhões de pessoas entre 2020 e 2030, e de mais 4 milhões de pessoas, ou 5 %, entre 2030 e 2040. A maioria das regiões da UE enfrenta números decrescentes, prevendo-se reduções particularmente significativas (pelo menos -15 %) na maioria das regiões da Grécia, Espanha, França, Itália, Roménia e Finlândia.

Porém, nem todas as regiões deverão sofrer esse declínio ao longo da próxima década. Aliás, muitas regiões da Chéquia, Alemanha, Áustria e Suécia assistirão provavelmente a um aumento da população neste grupo etário, ao passo que o crescimento em várias regiões urbanas da Alemanha e nas regiões de Praga, Bratislava e Cracóvia deverá aumentar mais de 10 % ao longo da década.

As mudanças rápidas no número de crianças em idade escolar significarão que algumas regiões precisarão de mais escolas, enquanto outras poderão ter de combinar ou reduzir o número de turmas ou mesmo fechar escolas. Consequentemente, nas regiões rurais, onde a população está mais dispersa, o encerramento de uma escola pode levar a viagens mais longas até à escola mais próxima para as restantes crianças da região.

REACT-EU: € 1,5 mil milhões para Portugal apoiar o sistema de saúde, PME e investimentos em competências e empregos

A Comissão [concedeu](#) 1,5 mil milhões de euros a Portugal, repartidos entre o Continente e os Açores, em complemento do financiamento concedido à Madeira em 4 de junho. A Comissária para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, afirmou: “Estou contente por, em toda a Europa e incluindo as regiões ultraperiféricas, os Estados-Membros tirarem partido do apoio de emergência da Comissão para combater a pandemia e iniciar rapidamente uma recuperação a longo prazo.” 1,43 mil milhões

de euros em Portugal Continental e 96 milhões de euros nos Açores irão reforçar a capacidade de testagem do sistema de saúde e das escolas, fornecer capital de giro às pequenas e médias empresas mais afectadas, aumentar a aprendizagem e os recursos humanos nas escolas e apoiar uma produção amiga do ambiente processos.

Estas alterações decorrem da aprovação de apoios equivalentes à Madeira, onde agora estão a ser investidos 64 milhões de euros para facilitar a recuperação da região, nomeadamente através do apoio à manutenção e criação de empregos para desempregados e para jovens e para o sistema de saúde. O financiamento provém da iniciativa REACT-EU e é implementado através da modificação de dois programas operacionais que combinam o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo Social Europeu.

REACT-EU faz parte do NextGenerationEU. Fornece um financiamento adicional de 50,6 mil milhões de euros (a preços correntes) ao longo de 2021 e 2022 para programas da política de coesão. As medidas se concentram em apoiar a resiliência do mercado de trabalho, empregos, PME e famílias de baixa renda, bem como estabelecer bases preparadas para o futuro para as transições verdes e digitais e uma recuperação socioeconómica sustentável.

O financiamento agora aprovado corresponde à dotação de Portugal em 2021. As dotações nacionais para 2022 serão conhecidas no outono, altura em que estarão disponíveis os dados estatísticos relevantes.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites.

A digitalização da UE - «E-Schools»: sucesso para além do ciclo de vida do projeto

O projeto «[e-Schools](#)», que tem atraído bastante atenção desde o seu lançamento em 2015 enquanto projeto-piloto, visa levar as escolas croatas para a era digital. Premiado pelo concurso REGIOSTARS 2020 na categoria «Competências e educação para uma Europa digital», o projeto pretendia ter um impacto a longo prazo, prestando especial atenção ao planeamento e à execução sustentáveis, bem como ao forte envolvimento dos beneficiários.

A segunda fase do projeto, que decorre de setembro de 2018 até dezembro de 2022, criará infraestruturas TIC e desenvolverá conteúdos educativos e serviços eletrónicos para as escolas públicas primárias e secundárias da Croácia, a fim de melhorar o ensino, a aprendizagem e a administração, e proporcionar a formação e o apoio necessários. O objetivo consiste em dotar os professores e alunos de competências informáticas que lhes permitam competir melhor no mercado global do século XXI e contribuir para o desenvolvimento económico da Croácia. O projeto abrangerá 1 321 escolas primárias e secundárias.

O projeto recebeu maior visibilidade em fevereiro de 2021 durante um evento em linha organizado pela Comissão Europeia. Nessa ocasião, foram levantadas várias questões interessantes, em especial a questão da sustentabilidade após a conclusão do projeto.



Solidariedade e Política Externa

Parlamento da Europeia adota dois fundos para políticas de asilo e fronteira

Os fundos [ajudarão](#) a gerir os fluxos migratórios, facilitar a integração de nacionais de países terceiros e melhorar a gestão das fronteiras. O Fundo de Asilo, Migração e Integração 2021-2027 (9,88 biliões de euros) fortalecerá a política comum de asilo da UE, desenvolverá a migração legal de acordo com as necessidades dos Estados-Membros, apoiará a integração de nacionais de países terceiros e contribuirá para a luta contra os irregulares migração. A pedido do Parlamento, o dinheiro também deve servir para pressionar os Estados-Membros a partilharem a responsabilidade de acolher refugiados e requerentes de asilo de forma mais justa em toda a UE.

Com um orçamento de 6,24 mil milhões de euros ao longo de sete anos, o Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras destina-se a ajudar a reforçar a gestão das fronteiras externas da UE, garantindo simultaneamente o respeito pelos direitos fundamentais. O fundo contribuirá também para uma política de vistos comum e harmonizada e introduzirá medidas de proteção para as pessoas vulneráveis que chegam à Europa, em particular as crianças não acompanhadas.



Mobilidade e Transportes

Ano europeu do Transporte Ferroviário

Este ano é o [Ano Europeu do Transporte Ferroviário](#), uma oportunidade ideal para recordar que o transporte ferroviário é sustentável, seguro e proporciona uma extensa rede de viagens! É também uma oportunidade para colocar os investimentos ferroviários da política de coesão no centro das atenções. A política de coesão investe em projetos ferroviários da UE há muitos anos. A promoção do transporte sustentável e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de transportes é um dos 11 objetivos temáticos da política de coesão para 2014-2020 e fará parte de um dos cinco objetivos estratégicos da nova política de coesão (2021-2027). Mais concretamente, a política de coesão visa promover a coesão, melhorando a acessibilidade de todas as regiões, nomeadamente apoiando o desenvolvimento de uma rede europeia de transportes — RTE-T (rede transeuropeia), em especial nas regiões menos dotadas de infraestruturas.

Neste contexto, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo de Coesão prestam um apoio significativo ao investimento na rede ferroviária RTE-T e nas ligações à RTE-T. O apoio da UE inclui a correção das disparidades existentes na conectividade, bem como a prevenção de futuras disparidades na transformação sustentável e inteligente da rede de transportes. A política de coesão apoia igualmente a implantação de soluções ferroviárias para uma mobilidade regional e local inteligente e sustentável (metropolitano ligeiro, metropolitano, elétrico; saiba mais sobre os transportes urbanos limpos). Porém, o papel da política de coesão vai além do financiamento. É implementada numa abordagem de parceria e estimula uma boa cooperação e coordenação entre os níveis local, regional, nacional e da UE. Além disso, disponibiliza uma plataforma para a cooperação transfronteiras eficaz das regiões (Interreg) e garante que os projetos de transportes sejam integrados em estratégias de investimento plurianuais e intersetoriais.

Quanto ao acompanhamento dos investimentos ferroviários da UE, no período de programação de 2014-2020, a maioria dos investimentos ferroviários provém do Fundo de Coesão (FC). O plano é injetar cerca de 18 mil milhões de EUR em projetos ferroviários em toda a UE, o que representa mais de um quarto (27,1 % em 2019) de todos os investimentos da política de coesão no setor dos transportes. São utilizados dois indicadores comuns para acompanhar os investimentos ferroviários no período de 2014-2020: quilómetros de linhas férreas reconstruídas e quilómetros de novas linhas férreas. A reconstrução ferroviária é de longe a prioridade mais importante associada à modernização das redes ferroviárias preexistentes na UE. A construção de novas linhas férreas é a exceção e não a regra.

Para além destes indicadores comuns, os programas utilizam indicadores nacionais/regionais específicos para acompanhar as realizações associadas a outros resultados ferroviários, como investimentos em material circulante, em estações ferroviárias, em depósitos e no Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário (ERTMS). Os indicadores específicos do programa não são facilmente agregados devido a terem definições diferentes, embora ainda possam obter informações sobre os investimentos importantes.



Instituições e Organismos da UE

Rumo a uma Europa com impacto neutro no clima

O Parlamento Europeu [aprovou](#) em novembro de 2019 uma resolução na qual declarava a emergência climática e instava a Comissão a assegurar que as futuras propostas legislativas e orçamentais fossem conformes aos objetivos do Acordo de Paris.

O primeiro programa de ação em matéria de ambiente da União Europeia (UE) data de 1973 e tinha como objetivos: reduzir a poluição, melhorar os ambientes naturais e urbanos e promover a sensibilização para com os problemas ecológicos. O 8.º programa de ação em matéria de ambiente, que será discutido pelos eurodeputados na plenária de julho, incidirá sobre a aceleração da transição para a neutralidade climática, as energias limpas e eficientes e a economia circular. No seu Relatório sobre o Estado do Ambiente, a Agência Europeia do Ambiente afirma que as atividades económicas e o estilo de vida constituem os desafios ambientais mais importantes da Europa.

De acordo com a Comissão parlamentar do Ambiente, a UE deve evoluir no sentido de uma economia de bem-estar sustentável, alicerçada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A economia do bem-estar é aquela em que o interesse público determina a economia e não o contrário. Ao abrigo deste novo programa de ação, os danos ambientais devem ser vistos como prioritários, baseando-se nos princípios de retificação da contaminação na sua fonte e do "poluidor-pagador".

A proposta prevê que a Comissão Europeia efetue uma avaliação intercalar do progresso entretanto alcançado em março de 2024. Além disso, deverá ser dada prioridade à utilização das tecnologias de dados para apoiar a política ambiental e garantir tanto a transparência como o acesso público aos dados. A Comissão do Ambiente quer ainda acabar com todas as verbas diretas e indiretas para os combustíveis fósseis até 2025 e pede um corte nos subsídios que financiam atividades nocivas para os ambiente até 2027.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2021](#) e para [2022](#).



Em aberto

Procura emprego nas instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).

Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.

Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!

Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.

Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.

Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).

Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios tem a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o Az@Brx?

O Az@Brx é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em

Bruxelas. O boletim está redigido em Português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o Inglês, o Francês e o Castelhanho. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!